



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
CURSO DE FINANÇAS

ANA KARINE PAULINO DA SILVA

FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O
ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ

FORTALEZA

2019

ANA KARINE PAULINO DA SILVA

FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O
ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de
Finanças da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Finanças. Área de concentração:
Finanças Pessoais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gildemir
Ferreira da Silva

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S578f Silva, Ana Karine Paulino da.
Finanças Pessoais: um estudo sobre a educação financeira e o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará / Ana Karine Paulino da Silva. – 2019.
56 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Finanças, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Gildemir Ferreira da Silva.
1. Finanças Pessoais. 2. Educação Financeira. 3. Endividamento Pessoal. I. Título.

CDD 332

ANA KARINE PAULINO DA SILVA

FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O
ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Monografia apresentada ao Curso de
Finanças da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Finanças. Área de concentração:
Finanças Pessoais.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Gildemir Ferreira da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Vitor Borges Monteiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, Maria da Paz e José Valmi,
meu esposo Leandro Oliveira, minha filha
Lulcy e todos aqueles que sempre me
incentivaram e torceram por mim.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Francisco Gildemir Ferreira da Silva, pela excelente orientação e pelos incentivos, que foram essenciais para a realização do trabalho.

Aos professores participantes da banca examinadora Dr. Vitor Borges Monteiro e Dra. Eveline Barbosa Silva Carvalho, pelo tempo disponibilizado e pelas sugestões enriquecedoras.

Aos servidores entrevistados, pelo tempo concedido no questionário.

Aos colegas da turma de graduação, pelos laços que fortaleceram a caminhada durante esses anos de dificuldades e alegrias.

“Quão melhor é adquirir a sabedoria do que o ouro! E quão mais excelente é adquirir a prudência do que a prata.” A Bíblia (PROVÉRBIOS, 16:16).

RESUMO

O cenário de acesso facilitado ao crédito pessoal, apresentado nos últimos anos na economia brasileira, aliado a um despreparo no que tange a assuntos ligados a finanças pessoais são fatores estudados como possíveis ensejadores do endividamento pessoal. Dessa forma, o nível educação financeira pode influenciar o comportamento dos indivíduos no momento da tomada de decisões de consumo. Dessa forma, este trabalho se propõe a verificar a relação existente entre o nível de educação financeira e o grau de endividamento dos servidores da Universidade Federal de Ceará (UFC). Além disso, busca avaliar a relação entre outras variáveis socioeconômicas e demográficas e o endividamento, como gênero, idade, renda e escolaridade. A investigação foi realizada através do questionário aplicado aos servidores e análise descritiva dos dados coletados. De acordo com os resultados, a maioria dos servidores encontram-se com nível satisfatório de educação financeira e pouco endividados. Constatou-se que um maior conhecimento em finanças pessoais está associado a menores índices de endividamento. Em relação ao gênero, os resultados indicam que entre os servidores há uma maior concentração de mulheres nos piores níveis de endividamento em comparação ao número de homens nesses mesmos níveis. Para a idade, percebeu-se uma maior frequência de endividamento na faixa etária de 31 a 55 anos e menor concentração nas faixas de até 30 anos e acima de 55 anos. No tocante à renda, observou-se que a maior parte dos respondentes obtêm rendimentos na faixa de R\$ 2.500,01 até R\$ 6.000,00, e que a frequência de indivíduos sobre-endividados diminui à medida que a renda passa a ser maior. Para o nível de escolaridade, nota-se um menor endividamento associado a um maior grau de escolaridade, ainda que de maneira pouco expressiva.

Palavras-chave: Finanças Pessoais. Educação Financeira. Endividamento Pessoal.

ABSTRACT

The scenario of easy access to personal credit in recent years in the Brazilian economy, combined with a lack of preparation in matters related to personal finance are factors studied as possible causes of personal indebtedness. Likewise, the level of financial education can influence the behavior of individuals when making consumption decisions. Motivated with the problematic described, this work proposes to verify the relationship between the level of financial education and the debt level of the Federal University of Ceará (UFC) public workers. In addition, it aims to evaluate the relationship between other socioeconomic and demographic variables and indebtedness, such as gender, age, income and schooling. The investigation took place through the questionnaire applied to UFC workers and descriptive analysis of the collected data. According to the results, most of the servants have a satisfactory level of financial education and little debt. It was identified that higher knowledge in personal finances is associated with lower debt ratios. Regarding gender, the results indicate that among servants there is a higher concentration of women in the worst debt levels compared to the number of men in these same levels. As the age variable, it was noted a higher frequency of debt in the age group of 31 to 55 and lower concentration in the age group up to 30 years and over 55 years. Regarding income, it was observed that most respondents earn income in the range from R\$ 2,500.01 to R\$ 6,000.00, and the the frequency of over indebted individuals decreases as income becomes bigger. For the schooling, there is a lower indebtedness for the higher level of education, although not expressively.

Keywords: Personal Finance. Financial Education. Personal Indebtedness.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil dos servidores quanto ao gênero	33
Gráfico 2 – Perfil dos servidores quanto à idade	34
Gráfico 3 – Perfil dos servidores quanto à escolaridade	34
Gráfico 4 – Perfil de carreira dos servidores	35
Gráfico 5 – Perfil dos servidores quanto à renda	35
Gráfico 6 – Perfil de autopercepção de educação financeira dos servidores.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de endividamento	38
Tabela 2 – Avaliação da amostra em relação às variáveis de educação financeira.....	39
Tabela 3 – Distribuição de servidores por nível de educação financeira	41
Tabela 4 – Distribuição dos servidores de acordo com o nível de endividamento	41
Tabela 5 – Distribuição dos respondentes por nível de endividamento e de educação financeira	42
Tabela 6 – Distribuição dos servidores por endividamento e gênero.....	43
Tabela 7 – Distribuição dos servidores por endividamento e idade	43
Tabela 8 – Distribuição dos servidores por endividamento e renda.....	44
Tabela 9 – Distribuição dos servidores por endividamento e nível de escolaridade.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição das principais modalidades de crédito pessoal	19
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
INDEF	Indicador Nacional de Educação Financeira
INFE	International Network on Financial Education
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPC Brasil	Serviço de Proteção ao Crédito no Brasil
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília

LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1. Objetivos	15
1.2 Justificativa	15
1.3 Delimitação	17
1.4 Estrutura do trabalho	17
2 REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1 Mercado de Crédito	18
2.2 Endividamento Pessoa Física	20
2.3 Educação Financeira Pessoal	23
2.4 Educação Financeira e o Endividamento	26
2.5 Fatores Socioeconômicos e Demográficos e o Endividamento	28
2.6. Finanças Comportamentais	29
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	32
3.1 Enquadramento Metodológico	32
3.2 Perfil da Amostra	33
3.3. Procedimento Metodológico	36
<i>3.3.1 Avaliação do Nível de Educação Financeira</i>	37
<i>3.3.2 Avaliação do Grau de Endividamento</i>	38
4 RESULTADOS	39
4.1 Análise do Nível de Educação Financeira da Amostra	39
4.2 Análise do Grau de Endividamento da Amostra	41
4.3 Análise da Relação entre Nível de Educação Financeira e o Grau de Endividamento	42
4.4 Análise da Relação entre o Grau de Endividamento e outras Variáveis Socioeconômicas e Demográficas.	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
5.1 Conclusões	46
5.2 Sugestões para novas pesquisas	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	53

1 INTRODUÇÃO

Como postula a teoria econômica, os recursos são escassos, porém as necessidades e os desejos são ilimitados. Nesse sentido, o cenário de acesso facilitado ao crédito pessoal na economia brasileira, apresentado nos últimos anos, aliado ao desejo frequente de consumo para afirmação social são fatores estudados como possíveis ensejadores do endividamento pessoal. Assim, os recursos necessitam ser gerenciados para que não ocorra um desequilíbrio financeiro. “Finanças é o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo” (BODIE; MERTON, 2002, p. 32).

O indivíduo baseia-se na facilidade de pagamento proporcionada pela divisão da dívida em parcelas, porém, o acúmulo de prestações, geradas por vários compromissos, pode levar à impossibilidade de pagamento. Conforme Marques e Frade (2003), o endividamento pode ser conceituado como o saldo devedor de um agregado familiar. Para os autores, quando esse saldo resulta de mais do que um compromisso de crédito é comum o uso do conceito de *multiendividamento*. O caso em que o devedor está impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento de uma ou mais dívidas é chamado de sobre-endividamento.

Dessa forma, a cultura de consumo sem elaboração de um plano orçamentário por parte das famílias, pode estar ligada ao sobre-endividamento. Nesse ponto entra o papel da educação financeira, que para Claudino *et. al.* (2009, p. 2), “[...] compreende a inteligência de ler e interpretar números e assim transformá-los em informação para elaborar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e o futuro equilibrado nas finanças pessoais.” Assim, muitas decisões de consumo baseiam-se na influência que se recebe, em algum nível, da educação financeira, ou seja, ela está presente na vida das pessoas mesmo sem elas perceberem.

De acordo com a Pesquisa Internacional sobre Competências de Alfabetização Financeira de Adultos da Rede Internacional de Educação Financeira (INFE), realizada em 2016, o Brasil encontra-se na 27ª posição numa comparação feita entre 30 países, que buscou analisar os níveis de educação e inclusão financeira e encontrar padrões e dificuldades em comum que possam indicar desafios e soluções entre eles. Essa pesquisa foi realizada com respondentes adultos considerando aspectos como conhecimento, comportamento e atitude e evidenciou uma fragilidade do Brasil, quando comparado a outros países como, por exemplo, Tailândia e Portugal.

A relevância do tema também guarda relação com as finanças públicas, uma vez que indivíduos financeiramente educados são importantes para o desenvolvimento da economia, pois estes, geralmente, formam poupança e podem contribuir para o financiamento dos setores econômicos do país (CLAUDINO *et. al.*, 2009). Por esse motivo, o Brasil vem executando políticas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

Haja vista a necessidade de difusão desse tema entre todos os setores da sociedade, este trabalho se propõe a realizar uma pesquisa com os servidores da Universidade Federal do Ceará, com o propósito de responder a seguinte pergunta: existe relação entre o nível de educação financeira e o grau de endividamento desses servidores?

Com base na literatura sobre o tema, em especial no estudo de CLAUDINO *et. al.*, 2009, que realizou um trabalho semelhante na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, buscou-se estabelecer um padrão para verificar o grau de endividamento e analisar sua relação com o nível de conhecimento em assuntos pertinentes às finanças pessoais.

1.1. Objetivos

De modo geral, este trabalho objetiva verificar a relação existente entre o nível de conhecimento em Finanças Pessoais e o grau de Endividamento dos servidores da UFC.

Mais especificamente, busca: apresentar conceitos e definições relacionados ao tema da educação financeira e do endividamento pessoal; identificar e analisar dados que apresentem situação de endividamento financeiro por parte dos servidores da UFC, relacionando-os com seus respectivos níveis de educação financeira e com outras variáveis socioeconômicas e demográficas; e contribuir para os estudos na área de educação financeira e os seus desdobramentos em relação à questão do endividamento.

1.2 Justificativa

Alguns trabalhos ligados às finanças pessoais têm se concentrado no estudo do fenômeno do endividamento, em especial entre servidores públicos. Claudino *et. al.* (2009)

realizaram um estudo com os servidores da UFV, em Minas Gerais, e verificaram que uma parte considerável deles encontrava-se com risco de sobre-endividamento ou sobre-endividados. O trabalho de Da Silva *et. al.* (2017), que analisou hábitos de consumo, investimento e risco de servidores públicos da Justiça Federal na Paraíba, aponta que embora tenham um alto nível de instrução, eles possuem dificuldades em gerenciar suas finanças pessoais e que a facilidade de acesso ao crédito, proveniente do cargo público, acaba por se tornar um fator que atua negativamente nas decisões financeiras.

A facilidade de contratação do crédito consignado pode apresentar riscos para as finanças pessoais. A garantia representada pelo desconto no salário, ou do benefício, e as taxas de juros relativamente baixas podem levar a práticas de crédito não responsáveis, tanto pelo lado das instituições financeiras, que podem adotar práticas inadequadas de oferta e renovação do empréstimo, quanto pelo lado dos consumidores, pela tomada de crédito sem o devido planejamento, o que pode levar ao endividamento excessivo (Relatório da Cidadania Financeira do BCB, 2018). Dessa forma, a tomada e a administração desses recursos podem estar relacionadas ao nível de conhecimento em finanças pessoais e à sua utilização para um planejamento financeiro, o que é o objeto de estudo deste trabalho.

Conforme já mencionado, indivíduos que apresentam um bom nível de educação financeira são importantes para o desenvolvimento da economia, uma vez que estes, geralmente, formam poupança. Os recursos poupados pelas famílias representam uma importante fonte de financiamento para os setores da economia, haja vista o governo ser um agente deficitário (CLAUDINO *et. al.*, 2009). Na concepção de Souza (2015, p. 16), “[...] dependendo do número de indivíduos endividados em uma comunidade, as operações de mercado e as forças competitivas podem ficar comprometidas por causa da inabilidade dos consumidores em administrar efetivamente suas finanças.”

Outro fator motivador são as consequências advindas da má administração desses recursos, como, por exemplo, problemas de insolvência e inadimplência que podem prejudicar o bem-estar e a produtividade desse trabalhador. Para Da Silva *et. al.* (2017), estudos ligados ao endividamento podem contribuir no combate ao problema, através da investigação de suas causas e consequências.

Já existem alguns estudos nessa linha de pesquisa em outros estados brasileiros, como o trabalho de Claudino *et. al.* (2009), citado anteriormente; Souza (2015), realizado com servidores da Universidade de Brasília (UnB); e Cavalcante (2017), que se dedicou ao estudo do endividamento dos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

No Estado do Ceará os trabalhos de Almeida (2012) e Barreira (2014) tratam desse tema no tocante às causas do endividamento entre servidores públicos estaduais. Em relação aos servidores federais, a pesquisa de Souza (2015) aponta que o crédito consignado, apesar de ser a modalidade com as taxas de juros menores no mercado, tem levado esses trabalhadores ao endividamento financeiro pessoal e familiar.

Dessa forma, faz-se necessária uma investigação acerca das finanças pessoais dos servidores UFC, de modo a contribuir para a difusão de conhecimento e motivar pesquisas nessa área tão importante, que poderia ser mais explorada em todos os níveis de educação.

1.3 Delimitação

Este trabalho analisa a relação existente entre o nível de conhecimento em finanças pessoais e o grau de endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará, no ano de 2019. A análise foi realizada através do questionário aplicado aos servidores, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

1.4 Estrutura do trabalho

Este trabalho está dividido em cinco seções. Esta primeira seção trata dos aspectos introdutórios, que abrangem os objetivos do trabalho bem como sua justificativa.

A segunda seção trata do referencial teórico com os conceitos relacionados ao mercado de crédito, ao endividamento de pessoas físicas e da literatura referente à educação financeira pessoal. Também contempla estudos da relação entre a educação financeira e o endividamento, além dos aspectos socioeconômicos e demográficos que podem estar relacionados ao endividamento. São abordados, ainda, estudos que tratam das finanças comportamentais.

A terceira seção aborda a metodologia de pesquisa, descrevendo questões como o enquadramento, o perfil da amostra analisada e a análise da relação entre o grau de endividamento e o nível de educação financeira.

A quarta seção trata dos resultados verificados a partir das análises descritiva dos dados, bem como da discussão desses resultados. Na quinta seção encontram-se as considerações finais e recomendações para trabalhos futuros relativos ao tema. Ao final, têm-se o referencial bibliográfico e o apêndice do trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção será feita uma revisão de alguns trabalhos que tratam os temas, conceitos, definições e métodos que embasam este estudo. O primeiro item trata dos conceitos relacionados ao Mercado de Crédito. A segunda parte tratará dos conceitos de Endividamento de Pessoas Físicas. Em seguida tratar-se-á da literatura referente à Educação Financeira Pessoal. No quarto item, será abordada a relação entre o nível de Educação Financeira e o Nível de Endividamento. A quinta parte tratará da relação entre o Nível de Endividamento e os Fatores Socioeconômicos e Demográficos da amostra, que também será objeto de investigação deste trabalho. Por último, abordar-se-á os estudos relativos às Finanças Comportamentais.

2.1 Mercado de Crédito

De acordo com Assaf Neto (2014, p.142), “[...] o mercado de crédito visa fundamentalmente suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazos dos vários agentes econômicos, seja por meio da concessão de créditos às pessoas físicas, seja por empréstimos e financiamentos às empresas.” Para o autor, as operações desse mercado, dentro de uma política de especialização do Sistema Financeiro Nacional (SFN), são tipicamente realizadas por bancos comerciais e múltiplos.

Assaf Neto (2014) acrescenta que a instituição financeira recebe recursos de poupador, *funding* da operação de crédito, assumindo a obrigação de devolver o principal acrescido de juros (operação passiva). Com o capital levantado junto a investidores de mercado, o banco realiza operações de empréstimos e financiamentos a tomadores carentes de recursos, na expectativa de receber no futuro o principal acrescido de juros (operação ativa). As taxas cobradas nas operações ativas são geralmente maiores que as pagas nas operações passivas, formando a diferença entre as taxas um resultado bruto denominado *spread* (ASSAF NETO, 2014).

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), no ano de 2018 houve uma evolução significativa no mercado de crédito brasileiro, no qual o saldo total do crédito concedido pelo SFN cresceu 5,7%, após dois anos de contração (-3,5% e -0,6% em 2016 e 2017, respectivamente). Os saldos das carteiras de crédito destinadas às pessoas físicas cresceram 8,6%, considerando a razão crédito/PIB.

O BCB (2018) aponta que em relação ao custo das operações de crédito, o ciclo de redução da taxa básica de juros e a melhora das condições econômicas contribuíram para o recuo das taxas médias de juros e dos *spreads* nos últimos anos (2016, 2017 e 2018). De acordo com o Banco, a redução dessa taxa foi influenciada pela redução na taxa básica de juros e pela sua manutenção em patamar reduzido, bem como pelo queda da inadimplência e pela mudança regulatória no segmento de cartões de crédito, devido à Resolução 4.655, de 26 de abril de 2018. Diante desse cenário de crescimento do mercado de crédito no Brasil, várias são as modalidades utilizadas por pessoas físicas, o Quadro 1 destaca as principais:

Quadro 1- Descrição das principais modalidades de crédito pessoal

Crédito pessoal não consignado	Corresponde aos empréstimos pessoais, que são operações não vinculadas à aquisição de bens ou serviços, cujas prestações são pagas sem desconto em folha de pagamento.
Crédito pessoal consignado	Corresponde a empréstimos pessoais com desconto das prestações em folha de pagamento. As operações estão subdivididas por classe de tomadores: Consignado - servidores públicos (ativos ou inativos). Consignado/INSS - aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Consignado - trabalhadores do setor privado.
Cheque especial	Operação de crédito rotativo, caracterizada pela definição de limite de crédito para utilização pelo tomador em situações não programadas e de curto prazo, mediante a simples movimentação da conta-corrente, sem necessidade de comunicação prévia à instituição financeira.
Crédito para aquisição de bens	Soma dos empréstimos para aquisição de veículos e outros bens como os crediários comerciais e os financiamentos de equipamentos eletrônicos e de informática.
Financiamentos imobiliários	Financiamentos relacionados a exigibilidades de direcionamento de depósitos de poupança, destinados à construção ou à aquisição de imóveis residenciais.
Microcrédito	Operações de microcrédito, conforme definidas pela Resolução nº 3.422, de 30 de janeiro de 2006. Abertura em microcrédito destinado a consumo e destinado a microempreendedores.
Cartão de crédito	Cartão de crédito – à vista: operações sem incidência de juros, parceladas ou não. Cartão de crédito – rotativo: compreende operações de financiamento do saldo devedor remanescente após vencimento da fatura e saques em dinheiro.

	Cartão de crédito – parcelado: operações parceladas com incidência de taxa de juros. O parcelamento pode ocorrer no momento da compra ou por ocasião do vencimento da fatura.
--	---

Fonte: Ministério do Planejamento- BCB

Em relação à modalidade de empréstimo consignado, Takeda *et. al.* (2005, p.89) aponta que “[...] o crédito consignado em folha de pagamento é uma modalidade de empréstimo em que o devedor sofre um desconto no salário para pagar sua dívida com o banco”. A introdução do crédito consignado reduziu significativamente as taxas de juros de empréstimos oferecidos às pessoas físicas, em razão do menor risco de *default* na operação, pois ocorre a retenção, pelo empregador, de parte do salário correspondente à prestação da dívida (TAKEDA *et. al.*, 2005).

De acordo com o Relatório da Cidadania Financeira do BCB (2018), a evolução dessa modalidade de crédito foi notável, saindo de R\$53,7 bilhões para R\$323,8 bilhões, em pouco mais de onze anos (2007–2018). Dessa forma, mesmo em um período de fragilidade da economia brasileira, o crédito consignado manteve trajetória de expansão, em comparação com o recuo verificado na carteira total ativa.

O referido relatório verificou que o saldo do crédito consignado respondia, em junho de 2018, por 75% do total de crédito pessoal. A parte destinada aos funcionários públicos alcançava 42%; a dos beneficiários do INSS, 29%; e a dos celetistas, 4%. A série histórica analisada por esse relatório, que considerou o período de março de 2007 a abril de 2018, constatou que desde o início o crédito consignado sempre representou pelo menos 60% do saldo de crédito pessoal. O relatório também apurou que o volume de crédito contratado pelos trabalhadores do setor público durante todo o período analisado apresenta taxa de crescimento positiva. Além disso, no triênio 2015–2017, os funcionários públicos possuíam em média 2,5 contratos de empréstimos consignados, enquanto os celetistas, apenas 1,3.

2.2 Endividamento Pessoa Física

De acordo com Brusky e Magalhães (2006), a falta de controle de dívidas pode desencadear problemas de comprometimento da renda e perda de poder aquisitivo, devido aos custos das operações de crédito, levando os indivíduos a passar por dificuldades financeiras e afetando seu bem-estar. Esses autores também apontam que fácil crédito combinado com falta de conhecimento das operações de crédito, gestão de finanças pessoais

ou uma pressão financeira inesperada (perda de emprego, doença) pode facilmente levar a inadimplência e ao sobre-endividamento.

Além dessas causas, a inadimplência e o sobre-endividamento também podem ser, em grande medida, consequências do consumismo. Nesse sentido, Almeida (2012, p. 16) destaca que:

Deve-se ter em mente que consumo e consumismo são entes distintos. Enquanto o consumo se revela na aquisição saudável de bens do mercado, ou seja, na aquisição do necessário para a garantia de uma existência digna, o consumismo é a compulsão por consumir. O consumismo resulta na aquisição do supérfluo, que, na verdade, é inculcado na cabeça dos consumidores como necessidade (são as famosas aparentes necessidades criadas pelos fornecedores da sociedade de consumo por meio do *marketing*).

Dessa forma, o descontrole do consumidor pode levar ao endividamento, fenômeno que está sendo abordado e discutido cada vez mais em estudos que tentam identificar as causas de seu estabelecimento e entender suas possíveis consequências. Embora o acesso ao crédito e ao mercado de consumo sejam fatores que ajudam a dinamizar a economia, a falta de planejamento pode ser um fator que contribui para o endividamento, comprometendo a situação financeira desses indivíduos.

De acordo com Marques e Frade (2003), o endividamento é o saldo devedor de um agregado familiar. Para os autores, se esse saldo resulta de mais do que um compromisso de crédito é comum o uso do conceito de *multiendividamento*. O caso em que o devedor está impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento das dívidas é chamado de sobre-endividamento, conforme já mencionado.

Consoante os autores citados acima, o sobre-endividamento pode ser dividido em dois tipos: ativo ou passivo. No primeiro, o indivíduo contribui ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, por exemplo, não planejando os compromissos assumidos. Já sobre-endividamento passivo são os casos em que essa impossibilidade de cumprimento resulta da ocorrência de circunstâncias imprevistas como o divórcio, o desemprego, a morte ou uma doença, que determinam um aumento de despesas excepcional ou uma quebra no rendimento habitual do devedor.

Em relação à compreensão do endividamento pela sociedade, uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito no Brasil (SPC Brasil), no ano de 2016, revelou que há uma confusão entre os brasileiros em relação ao seu conceito, pois apenas um em cada cinco consumidores compreende o significado real do termo, respondendo que uma pessoa endividada é aquela que possui parcelas a vencer de compras e/ou empréstimos. Essa

pesquisa também verificou que 46,7% dos entrevistados acreditam que estar endividado é ter contas em atraso e que 30,6% dos respondentes acreditam que estar endividado é ter o nome registrado no SPC/Serasa.

O endividamento pode ser causado por diversos fatores. Souza (2015) cita as diversas causas do endividamento com base em dados do BCB: liberalidade da concessão de crédito, marketing sedutor, despesas sazonais, orçamento deficitário, redução de renda sem redução de despesas, despesas emergenciais e pouco conhecimento financeiro.

No tocante a liberalidade da concessão de crédito, o autor também menciona as principais modalidades concedidas a pessoas físicas que são: cartão de crédito, cheque especial, crédito direto ao consumidor, empréstimo em consignação, financiamento imobiliário, microcrédito e crédito para aquisição de bens, que estão descritas no item anterior desta seção. Considerando o objeto desta pesquisa, que trata do endividamento dos servidores de uma Universidade Federal, partiremos para um referencial mais específico adiante.

Dentre as modalidades mais utilizadas pelos servidores públicos, observa-se o empréstimo em consignação. O Decreto n.º 8.690 de 11 de março de 2016 autoriza descontos de prestações em folha de pagamento, limitando a soma deles a 35% da remuneração disponível ao contratante, sendo 5% reservados para a amortização de despesas contraídas através de cartão de crédito. Dessa forma, o governo passa a instituir uma maneira de controle e gestão das finanças dos servidores do Poder Executivo Federal.

A pesquisa realizada por Souza (2015), com servidores da Universidade de Brasília (UnB), mostrou que em 2013 e 2014 mais da metade dos servidores técnico-administrativos solicitaram empréstimos consignados. A pesquisa mostrou, ainda, que no mesmo período, os professores foram mais comedidos, pois um pouco menos um terço deles solicitou empréstimos consignados. Consoante o autor, devido os níveis educacionais serem diferenciados, pode-se hipotetizar que o comedimento seria um efeito observado em diferentes níveis educacionais.

Para Brusky e Fortuna (2002), em geral, empréstimos são vistos como alternativas para enfrentar problemas emergenciais. Procurar um empréstimo é admitir a impossibilidade de lidar apenas com os próprios recursos em determinado momento. Nesse sentido, uso do crédito carrega um peso psicológico bem mais leve, pois é uma opção que simplifica a aquisição de bens ou de serviços. Comprar parcelado é parte do dia a dia e o risco que carrega consigo não tem nada de extraordinário.

As decisões financeiras que levam a níveis elevados de endividamento podem estar relacionadas à má gestão dos recursos e ao despreparo em relação à educação financeira. Nesse sentido, é necessária uma análise para estabelecimento de pressupostos, dos quais alguns fatores possam ajudar a explicar o endividamento pessoal, dentre eles, a ausência de educação financeira. Pontes (2018) defende que o estudo e a investigação das causas do endividamento pessoal podem colaborar na adoção de políticas públicas que visam mitigar os aspectos negativos do crédito e contribuir para minimizar as consequências danosas do endividamento, principalmente entre as famílias em maior situação de vulnerabilidade social.

2.3 Educação Financeira Pessoal

A educação financeira é um tema que deve estar presente na vida das pessoas desde os seus primeiros anos de educação, haja vista a exposição que os indivíduos, mesmo crianças, têm ao mercado consumidor, sendo eles valorizados pelo seu potencial de consumo. Conforme Silva, Souza e Fajan (2015), embora não percebamos, as finanças fazem parte do nosso dia a dia. No trabalho, na escola e até mesmo em nossos lares, lidamos com temas como economia, dívidas e consumo de maneira prática. Para os autores, não temos a teoria, mas sabemos parcelar uma compra e parece incoerente que algo tão usual para os brasileiros não seja ensinado nas escolas.

Segundo Claudino *et. al.* (2009), o estímulo ao consumo é constante, e a tomada de decisão do consumidor é influenciada externa e internamente. Silva (1995), citado pelo autor anterior, afirma que a influência externa se manifesta principalmente através de propagandas de *marketing* que constituem uma tentativa direta do produtor ou vendedor de alcançar, informar ou persuadir os consumidores para compra de bens e serviços. O *marketing* pode influenciar na aquisição desnecessária de bens e serviços e gerar complicações financeiras. As influências internas, representadas pelo campo psicológico, afetam a tomada de decisão do consumidor, esse campo é constituído de: motivação, personalidade, percepção, aprendizagem e atitudes. (SILVA 1995, *apud.* CLAUDINO *et. al.* 2009)

Segundo a Organização para Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (2005 *apud* Claudino *et. al.*, 2009), a educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, obtêm instruções e desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais

conscientes que ajudem na melhoria seu bem-estar. Para Claudino *et. al.* (2009), quando essa educação é adquirida e aprimorada, as pessoas planejam seu futuro para acumularem ativos e para terem um nível adequado de renda, elaborando orçamentos compatíveis às suas capacidades financeiras. Além disso, fica claro que indivíduos financeiramente educados são valorizados numa sociedade, uma vez que podem ser capazes de gerenciar seus recursos de forma a gerar poupança, que geralmente é convertida em uma fonte de financiamento para a economia.

Em uma concepção mais atual, a OCDE (2016) aborda três competências essenciais da educação financeira, quais sejam: conhecimento, comportamento e atitudes. O conhecimento está relacionado com a consciência e a compreensão e refere-se às informações já adquiridas pelos indivíduos. A segunda competência “comportamento” está ligado às habilidades e ao campo das ações, ou seja, descreve as habilidades necessárias para agir de maneira consistente para a obtenção de resultados positivos, como os comportamentos que provavelmente levariam ao bem-estar financeiro. No domínio das atitudes, o objetivo é descrever os mecanismos psicológicos internos que podem apoiar ou dificultar decisões. De modo particular, descreve a posição mental, sentimentos ou emoções que compõem as atitudes. Esta última competência guarda relação com a confiança e a motivação do indivíduo.

No âmbito nacional, vale destacar um levantamento denominado Indicador Nacional de Educação Financeira (INDEF), no qual a Serasa Experian realiza uma pesquisa para aferir o nível de educação financeira no Brasil. Esse estudo é feito a cada dois anos e aborda as três competências citadas. O índice é realizado em parceria com o Ibope Inteligência, que entrevistou, em dezembro de 2017, 805 pessoas maiores de 16 anos em 9 regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Paraná e Pará) e Distrito Federal. Os subíndices que compõem o indicador têm pesos diferentes: atitude, que avalia o entendimento sobre conceitos financeiros (24%); conhecimento, que considera como a pessoa interpreta sua relação com o dinheiro (26%); e comportamento, que mede as ações financeiras do entrevistado propriamente ditas – se gasta mais do que ganha, se guarda dinheiro e planeja o futuro etc. – (50%). O resultado para o ano de 2017, na escala de 0 a 10, foi 6,2, o mesmo do índice anterior, de acordo com a quarta edição do INDEF.

Em relação às políticas nacionais, o Governo Federal editou o Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010, no qual foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e

contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. Com o objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF, foi instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) (BRASIL, 2010).

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a estratégia foi criada para promover a educação financeira e previdenciária em razão do impulso às políticas de inclusão social no país. A proposta é fortalecer a cidadania, oferecendo aos brasileiros noções sobre previdência e sistema financeiro. Tais medidas são bem-vindas, uma vez que é possível sistematizar ações voltadas para essa temática no âmbito nacional, na medida em que se reconhece a relevância econômico-social do tema.

De acordo com o Relatório da Economia Bancária (2018), no âmbito da cidadania financeira, merece destaque a introdução do tema educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), resultado da parceria do BCB com o Ministério da Educação. O objetivo da ação é aumentar o nível de educação financeira do brasileiro por meio do estudo de conceitos básicos de economia e finanças (taxas de juros, inflação, aplicações e impostos) de forma interdisciplinar.

Para o BCB (2018), a educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. O Banco aponta que a gestão das finanças precisa levar em conta as oportunidades e os riscos para que se façam escolhas embasadas.

O BCB destaca que a inserção da educação financeira na BNCC é uma das conquistas da ENEF que visa incorporar conceitos relativos ao letramento de forma transversal, com ênfase nas disciplinas de matemática e história. O propósito é desenvolver a sexta competência geral prevista pela Base. Essa competência, conhecida como Projeto de Vida, envolve organização, planejamento, metas, sonhos e aspirações, assuntos que estão no escopo do ensino da educação financeira.

Essa é uma importante iniciativa na área da educação formal, pois a inclusão desse tema na grade curricular de alunos de ensino fundamental proporciona um contato com a educação financeira nos primeiros anos de educação, que é uma etapa de grande aprendizado na qual muitas crianças já começam a lidar com recursos financeiros, como a mesada que recebem dos pais, por exemplo.

Um estudo relevante foi realizado por Vieira *et. al.* (2019), com o propósito de construir e validar um indicador dos níveis de proficiência de educação financeira, a partir

da Teoria da Resposta ao Item, entre a população do Rio Grande do Sul. Esse trabalho verificou que os níveis mais baixos na escala dominam apenas os conhecimentos básicos de finanças e, na medida em que se avança na escala de educação financeira, os indivíduos, além de dominar os conhecimentos básicos, passam a compreender itens que representam conhecimentos mais avançados.

Na literatura internacional, Braunstein e Welch (2002 *apud* Lucci *et. al.*, 2006), em um artigo do boletim do *Federal Reserve*, afirma que a administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves. As autoras apontam, ainda, que as operações de mercado e as forças competitivas ficam comprometidas quando consumidores não têm habilidade para administrar efetivamente suas finanças. Logo, quando os agentes são bem informados, o mercado se torna mais competitivo e mais eficiente.

Para Silva, Souza e Fajan (2015), muitas pessoas pensam que educação financeira é planejar o destino que dará ao dinheiro, esquecendo-se de que este é apenas o começo. De acordo com as autoras “[...] educação financeira é não perder horas de sono por conta de problemas financeiros, sejam eles por falta de dinheiro para pagar dívidas ou porque está em aplicações financeiras inadequadas ao seu perfil de risco” (SILVA; SOUZA; FAJAN, 2015, p. 14).

Dessa forma, podemos verificar a convergência de diversos autores sobre a importância da educação financeira pessoal e inferir que o acesso à educação financeira pode contribuir significativamente para a vida das pessoas, uma vez que as ajuda a se situar em um mundo repleto de oportunidades financeiras bem como de armadilhas mercadológicas.

2.4 Educação Financeira e o Endividamento

Estudos ligados ao comportamento financeiro costumam analisar a questão do endividamento relacionando-o a aspectos culturais da sociedade, bem como a questões psicológicas e educacionais. A educação financeira pode ser, dessa forma, analisada sob ótica de sua influência sobre as decisões orçamentárias dos indivíduos chegando a afetar o seu grau de endividamento.

Souza (2015) chama a atenção para a questão de que não faz parte do cotidiano da maioria das pessoas buscar informações que as auxiliem na gestão de suas finanças. Para o autor, não há uma cultura coletiva, ou seja, uma preocupação da sociedade em torno do tema. No ambiente escolar e até acadêmico, pouco ou nada é falado sobre o assunto. As

empresas também não investem nessa área, pois não compreendem a importância de ter seus funcionários alfabetizados financeiramente. Igualmente entre os amigos, assuntos ligados às finanças pessoais muitas vezes são considerados invasão de privacidade e pouco se conversa em torno do tema.

A pesquisa de Claudino *et. al.* (2009), que analisou a relação entre educação financeira e endividamento de servidores da UFV, concluiu que o maior conhecimento de educação financeira influencia na condição de menores níveis de endividamento, porém esse conhecimento não exclui a possibilidade de contrair dívidas de risco. Além disso, verificou que os piores níveis de dívidas estão associados a baixo conhecimento de educação financeira. Já em relação ao endividamento, a maior parte dos servidores está pouco endividada. Entretanto, obteve-se uma parte considerável de servidores com risco de sobre-endividamento ou sobre-endividados.

O trabalho de Da Silva *et. al.* (2017), também realizado com servidores públicos, aponta que embora eles tenham um alto nível de instrução, levando em consideração que metade da amostra possui título de pós-graduação, os mesmos possuem dificuldades em gerenciar suas finanças pessoais e que a facilidade de acesso ao crédito, proveniente do cargo público, acaba por se tornar um fator que atua negativamente nas decisões financeiras, conforme já mencionado.

Considerando que os indivíduos na fase adulta vêm apresentando dificuldades para controlar suas finanças, faz-se necessário a incorporação desse tema nas etapas de formação, principalmente na fase universitária, na qual, em geral, as pessoas estão dando seus primeiros passos de independência financeira. O estudo de Lucci *et. al.* (2006), realizado com alunos dos cursos de graduação em Administração e em Ciências Contábeis, na Faculdade Independente Butantã, constatou que o conhecimento em conceitos sobre finanças aprendidos na universidade influencia positivamente na qualidade da tomada de decisões financeiras, mesmo sem uma avaliação da qualidade do ensino.

Para Frankenberg (2002 apud Leal e Melo, 2008), o endividamento do brasileiro relaciona-se diretamente com a ausência de uma educação financeira, pois os indivíduos acabam por assumir dívidas que, muitas vezes, estão aquém do seu poder de pagamento, devido ao estímulo cada vez maior ao consumo, pelos incisivos programas de publicidade e por estarem cada vez menos preparados para refletir sobre os seus rendimentos, investimentos, necessidades e gastos. “O despreparo no que tange a gestão das finanças pessoais leva os indivíduos a optarem por escolhas que impactam negativamente sua vida, com gastos que superam sua renda, as pessoas restringem seus recursos, não poupam e ficam

vulneráveis nos momentos de instabilidade econômica” (PEREIRA; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2017, p. 2).

2.5 Fatores Socioeconômicos e Demográficos e o Endividamento

A literatura relativa ao tema vem abordando a relação entre e o endividamento pessoal e fatores socioeconômicos e demográficos, como o nível de renda, a escolaridade, o sexo e a idade. Assim, é importante verificar as conclusões de alguns estudos para a questão da influência ou não dessas variáveis socioeconômicas sobre o nível de endividamento.

Em relação à renda, Cerbassi (2004 *apud* Claudino, *et. al.*, 2009) afirma que a riqueza não depende do que se ganha, mas sim da maneira como se gasta. Com uma renda baixa é possível dignamente construir um bom padrão de vida e de forma consciente e inteligente manter esse padrão. Para o mesmo autor, grandes rendas podem não garantir a sustentabilidade de um padrão de vida confortável, devido à ineficiência da gestão dos rendimentos.

Almeida (2012), em seu estudo acerca de empréstimos consignados realizados por servidores, não evidenciou que aqueles que possuem maior remuneração tendem a tomar menos empréstimos ou que servidores com menor renda tendem ao maior endividamento. Assim o autor conclui que “[...] desmente-se, portanto, o "mito" do quem ganha mais, deve menos” (ALMEIDA, 2012, p. 51).

O estudo de Barros (2009) constatou que o endividamento financeiro pessoal está diretamente relacionado à falta de fundamentos financeiros, isto é, educação financeira. A partir desta constatação, afirma que podemos ter indivíduos com diferentes níveis de renda e da mesma forma estarem endividados.

Já o trabalho de Souza (2015), realizado na Universidade de Brasília (UnB), evidenciou uma clara correlação negativa de empréstimos com o nível de escolaridade (quanto maior esta, menor a demanda) e com o nível de renda (quanto maior esta, menor a demanda). Assim o autor chega a destacar que escolaridade e renda são variáveis relevantes para uma análise econômica do endividado do setor público brasileiro e, provavelmente, do brasileiro em geral.

O estudo de Panchio (2006), que trata da influência do materialismo, identificou uma relação entre endividamento e variáveis como gênero, idade e escolaridade. Dessa forma, evidenciou que mulheres são mais favoráveis a atitudes de endividamento do que

homens, pessoas mais velhas apresentam menor probabilidade de assumir dívidas e quanto menor o grau de instrução do indivíduo, maior sua tendência a assumir carnês.

Ao tratar do materialismo, como uma variável de influência sobre a possibilidade de contrair dívidas, esse trabalho verificou que os indivíduos mais jovens tendem a ser mais materialistas que os mais velhos, e, dessa forma, mais favoráveis ao endividamento; que adultos analfabetos tendem a ser menos materialistas que adultos tardiamente alfabetizados, uma vez que esses últimos, geralmente buscam a escolaridade tardia como forma de maior participação na sociedade de consumo. Além disso, constatou que gênero, renda e raça não se associam com materialismo.

Dessa forma, podemos verificar que não há consenso em relação à influência que essas variáveis podem desempenhar sobre o grau de endividamento dos indivíduos, exceto a escolaridade, que se apresenta, em geral, relacionada negativamente ao nível de endividamento. Nesse sentido, a análise desses componentes deverá ser realizada sobre o perfil da amostra em estudo, que será mais detalhado mais adiante.

2.6. Finanças Comportamentais

Com o propósito de tentar compreender alguns fatores que contribuem para a propensão ao endividamento, analisaremos as principais discussões acerca das Finanças Comportamentais que de acordo com Rogers *et. al.* (2008, p. 3), “[...] tem como principal objetivo identificar e compreender os frames, ilusões cognitivas que fazem com que pessoas cometam erros sistemáticos de avaliação de valores, probabilidades e riscos.”

De acordo com o mesmo autor, os fundamentos da hipótese de mercados eficientes, mostraram-se insuficientes para explicar diversos fenômenos, como anomalias irracionais produzidas pelas crises financeiras que não conseguiram ser explicadas pelo modelo moderno de finanças. Dessa forma, os estudos relacionados às Finanças Comportamentais foram incorporados ao contexto de finanças nas últimas décadas para ajudar na compreensão desses fenômenos.

Dessa forma, consoante Rodrigues (2018), as Finanças Comportamentais buscam olhar as decisões dos indivíduos com a ajuda da psicologia, ou seja, os fatores psicológicos que podem afetar o comportamento dos consumidores e investidores no mercado.

A chamada Teoria dos Prospectos desenvolvida pelo trabalho Kahneman e Tversky (1979) se destaca nessa abordagem de estudos ao criticar a Teoria da Utilidade

Esperada que, por sua vez, baseia-se na racionalidade dos agentes no contexto de riscos, buscando maximizar sua utilidade. Esse trabalho buscou analisar o comportamento dos indivíduos em relação ao risco e identificou que escolhas entre prospectos arriscados exibem vários efeitos difusos que são inconsistentes com os princípios básicos da teoria da utilidade esperada. Nesse sentido, “[...] a intensidade da sensação associada à perda é maior que a intensidade associada a um ganho no mesmo montante, assim, evidenciou-se ser possível reverter uma preferência entre alternativas de uma decisão, em função da maneira de apresentar o problema” (TRINDADE, 2009, p. 25).

Rogers *et. al.* (2008) aponta, ainda, que o viés mais comum é o excesso de confiança dos indivíduos em suas próprias habilidades, o qual apresenta maior poder de catástrofe. Weinstein (1980), citado por ele, revelou que mais de 90% das pessoas fantasiam demais habilidades e possibilidades, acreditando que podem fazer melhor do que realmente fazem.

Em relação ao endividamento, alguns estudos sugerem de forma clara a influência de fatores comportamentais. “A atitude e propensão ao endividamento podem ser influenciadas por fatores comportamentais e por características do indivíduo, já que as decisões financeiras envolvem uma série de valores psicológicos, físicos e sociais, muitas vezes enraizados em sentimentos e emoções” (VITT, 2004, *apud* FLORES E VIEIRA, 2016, p. 1). Conforme Flores e Vieira (2016), o endividamento pessoal pode ser entendido em uma perspectiva comportamental, com base no conceito de atitude como preditor ao endividamento.

Para Artifon e Piva (2013), o descontrole financeiro e o endividamento não dependem diretamente da renda pessoal dos indivíduos, mas refletem os apelos exacerbados da sociedade de consumo de forma que o comportamento financeiro não pode ser explicado por um viés de racionalidade, interferindo nele aspectos psicológicos e culturais. Tais autores também observam que apesar de diversos fatores contribuírem para o fenômeno, como acidentes pessoais e problemas de saúde, por exemplo, o endividamento não é o resultado de um fato isolado, o que evidencia a existência de fatores simbólicos no ensejo de comprar bens de consumo trazendo valor ao eu.

É possível, a partir dessas conclusões, verificar que a questão do endividamento pessoal não está alheio aos fatores comportamentais, ou seja, os fatores subjetivos podem desempenhar influência sobre as decisões de consumo e investimento e isto pode estar ligado ao perfil de endividamento do indivíduo. Os resultados do estudo de Trindade (2009), que trata propensão ao endividamento, corrobora ao constatar que os fatores que interferem nessa

propensão não são apenas de ordem financeira e racional, mas também de ordem psicológica e cultural.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

De modo a organizar as informações do método de pesquisa utilizado neste trabalho, esta seção foi dividida em três partes. A primeira trata do enquadramento metodológico, que considera a natureza da pesquisa. O segundo item descreve o perfil da amostra em análise. A terceira parte, o procedimento metodológico utilizado para analisar a relação entre as variáveis em questão.

3.1 Enquadramento Metodológico

Esta pesquisa se classifica quanto aos fins como descritiva, que segundo Gil (1999, pg. 28), “[...] pesquisas desse tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” De acordo com o autor, dentre as pesquisas descritivas existem aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental.

Tais aspectos estão presentes neste trabalho, que tem por objetivo analisar as características de um determinado grupo (servidores da UFC), buscando verificar o seu perfil de endividamento e educação financeira.

Quanto aos procedimentos, pode de ser classificada como levantamento ou *survey* e bibliográfica. As pesquisas desse tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado (GIL, 1999). Para Raupp e Beuren (2006), o estudo por levantamento é usado, geralmente quando a população é numerosa, levando à impossibilidade de estudar detalhadamente cada objeto ou fenômeno específico.

Cervo e Bervian (1983, *apud* Raupp e Beuren, 2006) definem pesquisa bibliográfica como a que explica um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, constituindo parte da pesquisa descritiva ou experimental. Esse tipo de pesquisa objetiva recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para qual procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar.

Quando à abordagem do problema, se caracteriza como qualitativa, uma vez que se trata de um estudo de caso, na qual dados qualitativos ou nominais foram obtidos através das respostas ao questionário. Para Gil (1999), esse tipo de procedimento ocorre com

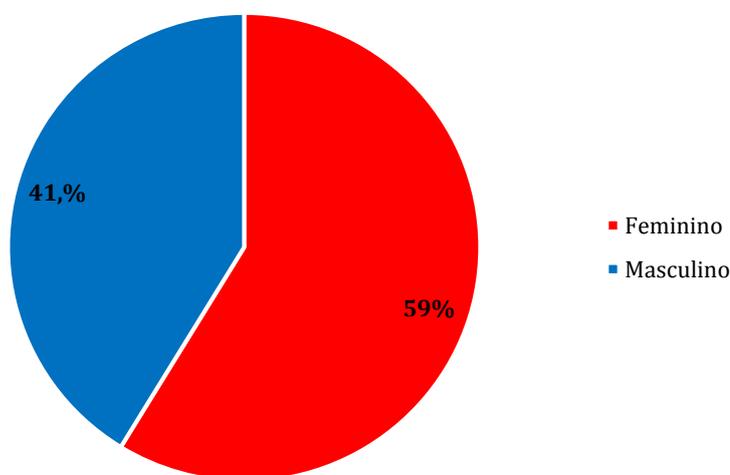
pesquisas definidas como estudos de campo, estudos de caso, pesquisa-ação ou pesquisa participante. Além disso, a pesquisa também traz uma análise quantitativa dos dados, porque, consoante o mesmo autor, após o levantamento das informações, através de pesquisa *survey*, procede-se uma análise quantitativa, a fim de obter conclusões correspondentes a tais dados coletados.

3.2 Perfil da Amostra

A amostra, que foi obtida através do questionário disponibilizado eletronicamente, tem o número de 320 participantes cujas características foram verificadas e serão descritas a seguir.

Do total de respondentes, 132 consideram-se do gênero masculino e 188, do gênero feminino, de acordo com o Gráfico 1.

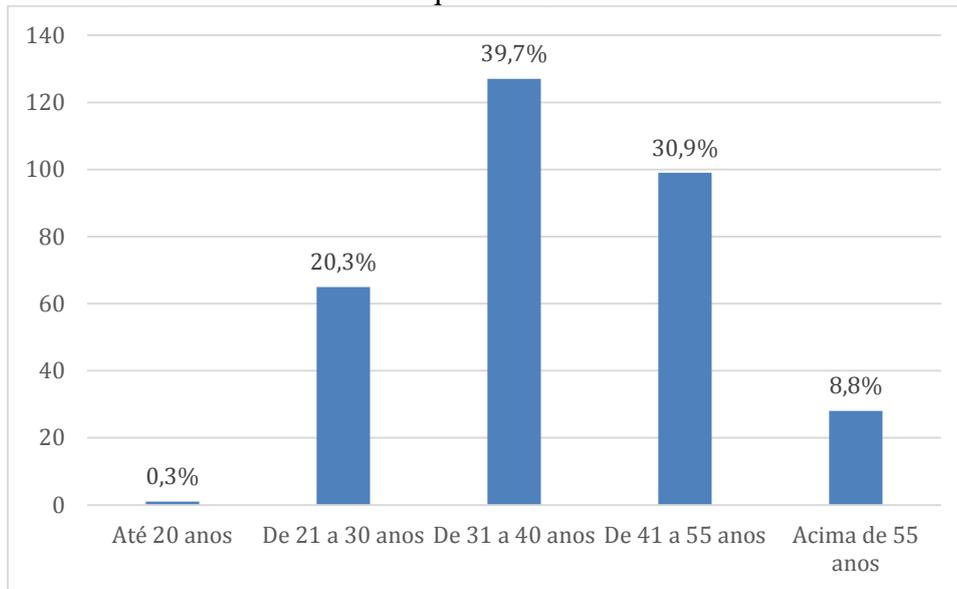
Gráfico 1- Perfil dos servidores quanto ao gênero



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Em relação à idade, observa-se o predomínio das faixas etárias de 31 a 40 anos com 39,7% dos servidores e de 41 a 55 anos com 30,9% deles. Verifica-se também que na faixa etária de 21 a 30 anos encontram-se 20,3% dos servidores, e na faixa menos representativa estão os respondentes acima de 55 anos, com 8,8% do total. Há também um respondente com até 20 anos, representando apenas 0,3% do total. Tais dados encontram-se no Gráfico 2.

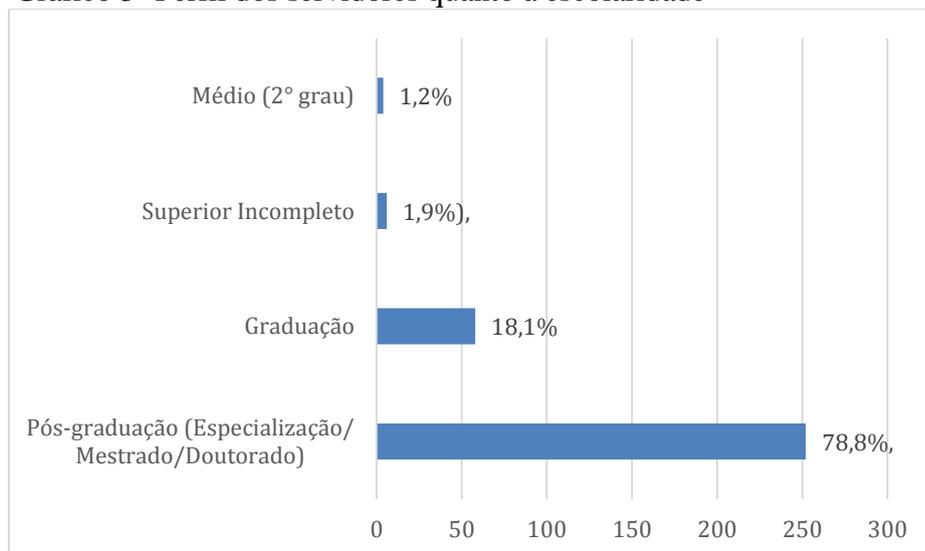
Gráfico 2- Perfil dos servidores quanto à idade



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Quanto à escolaridade, a grande maioria pertence ao grupo de servidores que possuem pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) com 252 pessoas que representam 78,8%, seguidos pelos que possuem graduação com 58 respondentes (18,1%). Os que têm ensino superior incompleto são apenas 6 (1,9%), e os servidores com nível médio são 4 (1,2%). O Gráfico 3 apresenta esses dados.

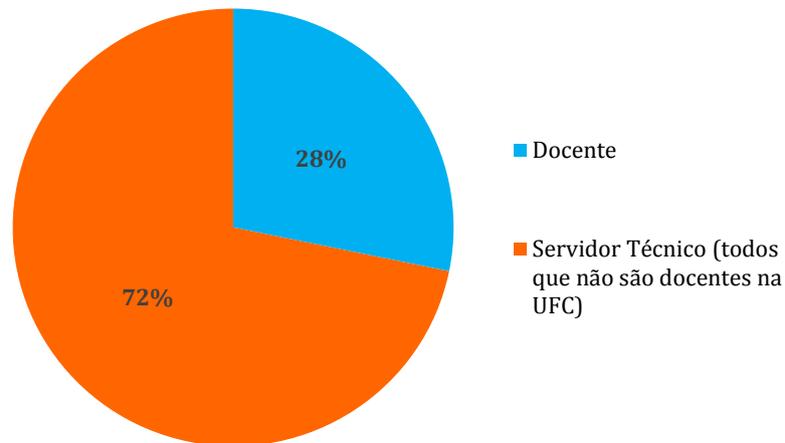
Gráfico 3- Perfil dos servidores quanto à escolaridade



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Dessa amostra, 230 pessoas são docentes da universidade 90 pessoas são servidores técnicos, que representam todos os que não são docentes

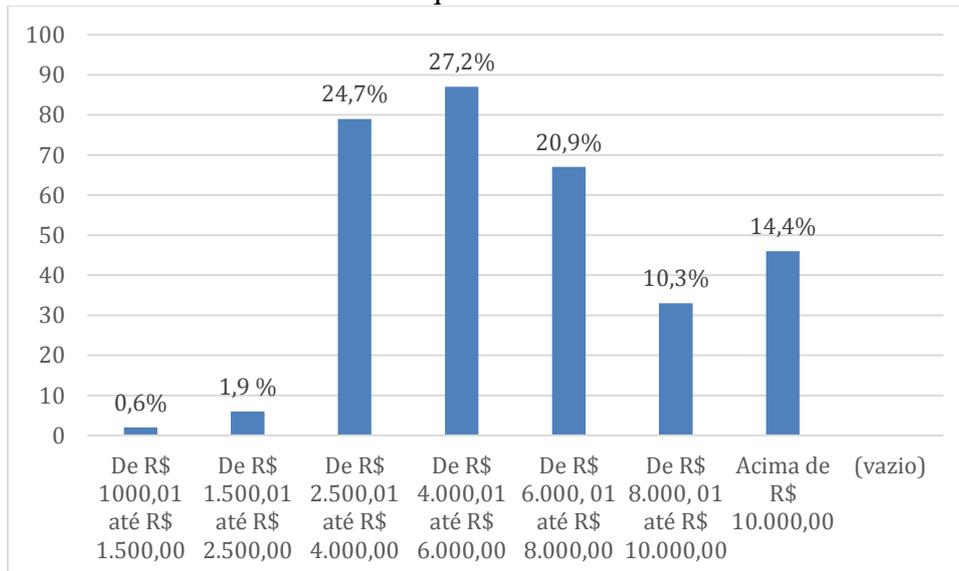
Gráfico 4- Perfil de carreira dos servidores



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Em relação à renda, as proporções são as seguintes: 27,2% dos servidores têm renda de R\$ 4.000,00 até R\$ 6.000,00; 24,7% encontram-se na faixa de R\$ 2.500,01 até R\$ 4.000,00; 20,9% têm renda de R\$ 6.000,01 até R\$ 8.000,00; 14,4% deles auferem rendimentos acima de 10.000,00; 10,3% têm renda de R\$ 8.000,01 até R\$ 10.000,00; 1,9% encontra-se na faixa de renda de R\$ 1.500,01 até R\$ 2.500,00; e apenas 0,6% têm renda de até R\$ 1.500,00. Esses dados estão no Gráfico 5.

Gráfico 5- Perfil dos servidores quanto à renda



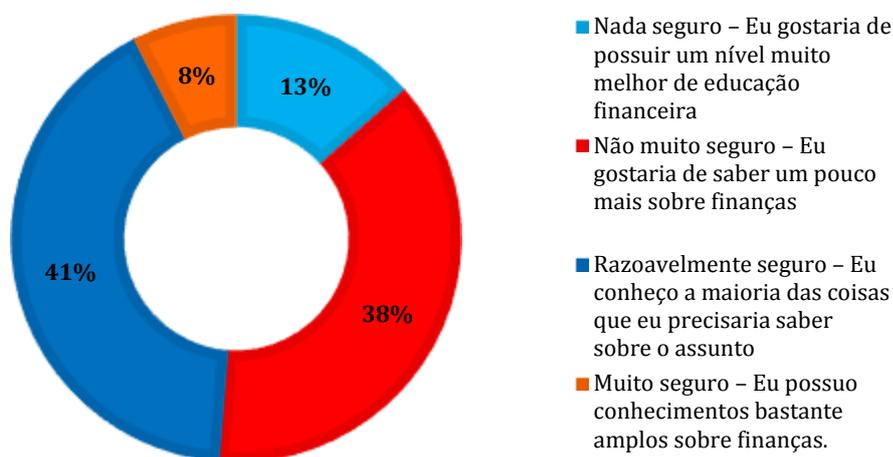
Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Quando inquiridos a respeito de sua autopercepção em relação aos conhecimentos para gerir suas finanças pessoais, 41,3% dos servidores declararam-se razoavelmente seguros, afirmando conhecer a maioria das coisas que precisa saber sobre o

assunto; 37,8% sentem-se pouco seguros, declarando que gostariam de saber um pouco mais sobre finanças; 13,4% declararam-se nada seguros em relação ao assunto e afirmaram que gostariam de possuir um nível melhor; apenas 7,5% responderam que se encontram muito seguros, afirmando possuir amplos conhecimentos sobre educação financeira.

Essa questão ajuda entender como se sente o público da pesquisa em relação à necessidade de uma melhor preparação financeira, e nos indica que mais da metade dos respondentes (52,1%) não se sentem seguros o suficiente para gerir seu próprio dinheiro, o que pode dificultar na hora de tomar decisões financeiras. O Gráfico 6 mostra esses percentuais:

Gráfico 6- Perfil de autopercepção sobre educação financeira dos servidores



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

3.3. Procedimento Metodológico

Para obtenção dos dados necessários para alcançar os objetivos deste estudo, foi realizada uma pesquisa *survey*, na qual foram aplicados 320 questionários para uma população de aproximadamente 6750 indivíduos, ou seja, foi alcançado cerca de 4,7% do público da pesquisa. O período de aplicação do questionário foi entre 4 de abril e 6 de julho de 2019.

O questionário foi dividido em três partes: a primeira parte buscou colher os dados socioeconômicos e demográficos da amostra. A segunda abordou as questões que visavam avaliar o conhecimento em educação financeira dos entrevistados. A última parte do questionário objetivou levantar dados sobre o endividamento desses indivíduos.

Para o tratamento dos dados foi utilizado o software *Microsoft Excel*, de modo a realizar a análise descritiva dos dados. Foram criadas elaboradas contingentes, resultantes da distribuição das respostas entre os intervalos analisados. Essas tabelas forneceram o cruzamento das variáveis estudadas, o que ajudou na análise dos dados.

3.3.1 Avaliação do Nível de Educação Financeira

Com base no trabalho de Claudino *et. al.* (2009), a avaliação do nível de educação financeira foi feita a partir das respostas obtidas na parte relativa às finanças pessoais do questionário. Foi estabelecido um percentual de 0 a 100% para as respostas dessas questões. Foram avaliados os conhecimentos básicos a respeito de encargos financeiros em relação ao prazo da dívida, liquidez nas aplicações, incidência de juros em aplicações, elaboração de um planejamento financeiro, fluxo de caixa, além de atitudes em relação a assumir encargos financeiros para aquisição de bens.

A correção das questões foi feita com base no estudo de Lucci *et. al.* (2006) e Claudino *et. al.* (2009), de onde foram retiradas as questões. A partir daí buscou-se corrigir o questionário de acordo com o gabarito já estabelecido nesses estudos.

Do total de perguntas do questionário, 8 (9,10,11,12,13,14,15 e 19) buscam verificar os aspectos gerais do nível de educação financeira e 6 dentre essas questões buscam avaliar os aspectos acima mencionados. A questão de número 9 tem o objetivo de identificar o quanto os indivíduos se sentem seguros em relação à tomada de decisões financeiras, ou seja, sua autopercepção sobre seu nível de educação financeira.

A questão 10 aborda as fontes de obtenção de educação financeira, que podem até mesmo ser complementares.

Na questão 11 busca-se verificar a percepção dos níveis diferenciados de liquidez de investimentos. A resposta correta para essa questão é a que fala de bens móveis e imóveis, que comparada às outras respostas, apresenta menor grau de liquidez, em condições normais. Nesse aspecto, considera-se que a liquidez pode ser entendida como a velocidade que um ativo tem de ser convertido em meio de troca (dinheiro), sem perda significativa de seu valor.

A pergunta 12 tem o objetivo de testar o conhecimento relativo ao valor do dinheiro no tempo, no qual uma mesma quantia aplicada ao sistema de juros compostos, mas em distintos períodos, gera um montante diferente. A resposta correta é o item “c”, uma vez que mesmo se tratando da mesma quantia, quando aplicada por mais tempo nesse regime de capitalização gerará um montante maior.

A questão 13 avalia se o entrevistado tem a percepção de que a utilização de financiamentos para antecipação de consumo gera ônus (juros), sendo a resposta correta o item “a”, pois aponta que o indivíduo que opta por essa opção pagará mais pelo bem, em razão dos juros contraídos com a operação. A questão 14 está associada a 13, pois busca verificar a atitude dos respondentes caso eles se passassem pela situação descrita.

Já a questão 15 aborda a noção de fluxo de caixa e planejamento financeiro para adquirir um novo bem. Essa questão demanda um pequeno tempo para ser respondida e aponta o item “b” como o correto após um simples cálculo aritmético.

Por fim a questão 19 deseja saber se os entrevistados realizam algum tipo de planejamento financeiro.

O gabarito estabelecido foi usado para efeito de comparação com a pontuação de acertos obtida pelo servidor. O seu conhecimento sobre educação financeira foi classificado da seguinte forma: 0 a 60% = conhecimento insuficiente; 61 a 75% = conhecimento moderado; 76 a 100% = conhecimento satisfatório.

3.3.2 Avaliação do Grau de Endividamento

A avaliação do nível de endividamento também foi baseado no trabalho de Claudino, *et. al.* (2009), que, por sua vez, tem como referência o estudo de Brusky e Magalhães (2006), que tratou do endividamento dos trabalhadores do setor metalúrgico no Estado de São Paulo.

Essa avaliação foi feita através das respostas obtidas na última parte do questionário, que tratou das questões relacionadas ao endividamento, mais especificamente se o indivíduo possui alguma dívida, a relação entre a dívida e sua renda, em percentual, e se os gastos mensais excedem ou não a sua renda mensal. A Tabela 1 descreve a análise das respostas combinadas, a fim de posicionar cada um dos respondentes em determinado grau de endividamento que são: sem dívidas, pouco endividado, com risco de sobre-endividamento e sobre-endividado.

Tabela 1- Indicadores de endividamento

Categorias	Condições	
	Percentual da renda empregado em dívidas	Gastos Mensais Excedem a Renda
Sem dívidas	0% da minha renda	Nunca
Pouco endividado	0% da minha renda	Sempre e Às vezes
	Até 25% da minha renda	Sempre, Às vezes ou Nunca.
Continua	Entre 26% e 50%	Nunca

Conclusão

Tabela 1- Indicadores de endividamento

Com risco de sobre-endividamento	Entre 26% e 50%	Sempre e Às vezes
	Entre 51% e 75%	Às vezes e Nunca
Sobre-endividado	Entre 51% e 75%	Sempre
	Acima de 75%	Sempre, Às vezes ou Nunca

Fonte: Claudino, *et. al.*, adaptada.

A partir da Tabela 1, podemos verificar que se o percentual da renda empregado em dívidas é zero e seus gastos não excedem a renda, o indivíduo encontra-se totalmente sem dívidas. Se esse percentual é zero, mas há gastos mensais que superam a renda, o indivíduo já se enquadra na categoria pouco endividado e permanece nela à medida que o percentual aumenta (até 50%).

Se esse percentual ainda está entre 26% e 50% e os gastos passam a exceder a renda, o risco de sobre-endividamento aparece, ocorrendo o mesmo no caso em que o percentual aumenta (entre 51% e 75%). Quando o percentual da renda empregado em dívidas está entre 51% e 75% e o indivíduo sempre gasta mais que sua renda mensal ou emprega mais de 75% da renda em dívidas, ele passa a não ter mais controle e encontra-se sobre-endividado.

Essa classificação por categorias foi feita consoante o trabalho de Brusky e Magalhães (2006), que considera a relação entre a renda e os gastos mensais, bem como percentual da renda empregado em dívidas bons indicadores do nível de endividamento.

4 RESULTADOS

4.1 Análise do Nível de Educação Financeira da Amostra

A partir das respostas ao questionário foi possível avaliar alguns quesitos relativos à educação financeira dos servidores, bem como se eles aplicam esses conhecimento em decisões financeiras do dia a dia.

A Tabela 2 apresenta as variáveis analisadas e o percentual de servidores que demonstram conhecimento e/ou aplicam esses conhecimentos.

Tabela 2- Avaliação da amostra em relação às variáveis de educação financeira

Variáveis Avaliadas	Percentual de Servidores que Demonstraram Conhecimento
Liquidez nas aplicações	65,93%
Incidência de juros em aplicações	92,5%

Continua

Conclusão

Tabela 2- Avaliação da amostra em relação às variáveis de educação financeira

Encargos financeiros em relação ao prazo da dívida.	65,31%
Atitude em relação a assumir encargos financeiros para aquisição de bens.	70,31%
Fluxo de caixa para as finanças pessoais	79,1%
Elaboração de Planejamento Financeiro	51,2%

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

De acordo com os dados da Tabela 2, percebe-se que, dentre as variáveis analisadas, aquela da qual os servidores têm mais conhecimento é a incidência de juros nas aplicações, ou seja, a grande maioria dos indivíduos pesquisados (92,5%) compreende o valor do dinheiro no tempo, pois assinalaram a resposta que indica que uma mesma quantia aplicada no sistema de juros compostos, mas em distintos períodos, gera um montante diferente.

Além disso, identifica-se que grande parte dos servidores (65,31%) têm consciência de que o uso de financiamentos para antecipação de consumo gera ônus ao tomador. Em relação à atitude de assumir esses encargos financeiros, a maioria dos respondentes (70,31%) também demonstraram que preferem não assumir esse ônus e se planejar para comprar à vista.

Nota-se, também, que 79,1% da amostra entende o funcionamento de um fluxo de caixa, que auxilia no controle das finanças pessoais, ou seja, eles conseguem administrar bem as entradas e saídas de recursos. A maioria deles também compreende os aspectos de liquidez nas aplicações, uma vez que 65,9% respondeu que considera que bens móveis e imóveis, comparada às outras formas de aplicações, apresentam menor grau de liquidez, em condições normais.

A variável que apresenta menor percentual de pesquisados dentro do desejável é a atitude de elaborar um planejamento financeiro, pois somente em torno da metade deles (51,2%) afirma elaborá-lo sempre, enquanto o restante (48,8%) ou não fazem nenhum tipo de planejamento ou o realiza somente às vezes. Isso indica que é necessário um maior incentivo para que o público-alvo da pesquisa perceba a necessidade de se organizar financeiramente, a fim de uma alocação eficiente de recursos e um planejamento de objetivos financeiros.

A Tabela 3 mostra o nível de educação financeira, que foi calculado de acordo com as respostas às questões já mencionadas. A distribuição dos servidores foi feita em três níveis de conhecimento, conforme explicado anteriormente.

Tabela 3- Distribuição de servidores por nível de educação financeira

Nível de Educação Financeira	Número de Servidores	Percentual
0% a 60%= Insuficiente	79	24,7%
61% a 75%= Moderado	97	30,3%
76% a 100%= Satisfatório	144	45%
Total	320	100%

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Da Tabela 3 é possível compreender que a maior parte dos servidores (45%) está no nível de educação financeira considerado satisfatório, o que ratifica os percentuais de acertos às questões mencionadas acima. Apesar disso, verifica-se que 30,3% dos entrevistados encontram-se no nível moderado e que uma parte considerável deles (24,7%) apresenta conhecimento insuficiente de educação financeira.

4.2 Análise do Grau de Endividamento da Amostra

O grau de endividamento foi analisado de acordo com as respostas às perguntas do questionário relativas a esse tema, e os resultados encontram-se na Tabela 4.

Tabela 4- Distribuição dos servidores de acordo com o nível de endividamento

Nível de Endividamento	Número de Servidores	Percentual
Sem dívidas	59	18,4%
Pouco endividado	157	49,1%
Com risco de sobre-endividamento	77	24,1%
Sobre-endividado	27	8,4%
Total	320	100%

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Observa-se que a maior frequência de servidores (49,1%) está no nível “pouco endividado” e que 18,4% deles afirmam não possuir dívidas. Dessa forma é possível concluir que a maioria da amostra (67,2%) se encontra num baixo grau de endividamento ou mesmo sem dívidas, demonstrando não comprometer mais de 50% da renda com o pagamento de dívidas.

Apesar de 67,2% dos servidores estarem nas duas primeiras faixas de endividamento, uma parte significativa da amostra (24,1%) encontra-se com risco de sobre-endividamento e 8,4% está sobre-endividado. Consoante as conclusões dos estudos citados anteriormente, é preciso que estes indivíduos estejam mais precavidos e procurem controlar melhor suas dívidas, pois essa situação pode levar a problemas financeiros, como é o caso da insolvência e até mesmo ao comprometimento do bem-estar.

4.3 Análise da Relação entre Nível de Educação Financeira e o Grau de Endividamento

A relação da educação financeira e do endividamento foi observada através do cruzamento das duas análises dessas variáveis, via tabela contingente no *Microsoft Excel*.

A Tabela 5 mostra a análise cruzada dessas variáveis e aponta que no nível de educação financeira satisfatório encontra-se a maior parte dos indivíduos que não possuem dívidas e dos que estão pouco endividados.

Por outro lado, no nível insuficiente de educação financeira encontra-se a maior parte dos indivíduos sobre-endividados. Já no nível de conhecimento moderado, a maior frequência é de indivíduos pouco endividados ou com risco de sobre-endividamento.

Esses resultados indicam que o maior conhecimento em finanças pessoais está mais fortemente ligado a menores índices de endividamento para essa amostra, o que pode nos levar a observar uma relação negativa entre essas duas variáveis, porém sem determinar o grau de influência, pois outros fatores podem também estar por trás do endividamento, consoante vimos anteriormente.

Tabela 5- Distribuição dos respondentes por nível de endividamento e de educação financeira

Nível de Educação Financeira	Grau de Endividamento				Total (%)
	Sem dívidas (%)	Pouco endividado (%)	Com risco de sobre-endividamento (%)	Sobre-endividado (%)	
0% a 60%= Insuficiente	1,3	12,2	7,2	4	24,7
61% a 75%= Moderado	6,2	12,2	8,8	3,1	30,3
76% a 100%= Satisfatório	10,9	24,7	8,1	1,3	45
Total	18,4	49,1	24,1	8,4	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

4.4 Análise da Relação entre o Grau de Endividamento e outras Variáveis Socioeconômicas e Demográficas.

A análise foi feita a partir da relação entre o grau de endividamento e as variáveis gênero, idade, renda e escolaridade.

A Tabela 6 apresenta os resultados de cruzamento de dados entre as variáveis gênero e grau de endividamento.

Tabela 6- Distribuição dos servidores por endividamento e gênero

Gênero	Grau de Endividamento				Total (%)
	Sem dívidas (%)	Pouco endividado (%)	Com risco de sobre-endividamento (%)	Sobre-endividado (%)	
Feminino	7,8	27,8	16,9	6,2	58,7
Masculino	10,6	21,3	7,2	2,2	41,3
Total	18,4	49,1	24,1	8,4	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

A partir das informações da Tabela 6, verifica-se que do total de indivíduos sem dívidas, a maior parte são do sexo masculino (10,6%). Já na categoria de sobre-endividados ou com risco de sobre-endividamento a maior frequência é de mulheres (6,2% e 16,9%, respectivamente).

Esses resultados indicam que há uma maior concentração de endividamento entre indivíduos do sexo feminino quando comparadas aos homens, apesar da maior parte delas (27,8%) encontrarem-se pouco endividadas.

A Tabela 7 mostra a análise cruzada dos dados idade e endividamento.

Tabela 7- Distribuição dos servidores por endividamento e idade

Idade	Grau de Endividamento				Total (%)
	Sem dívidas (%)	Pouco endividado (%)	Com risco de sobre-endividamento (%)	Sobre-endividado (%)	
Até 20 anos	0,3				0,3
De 21 a 30 anos	5,6	10,3	4,1	0,3	20,3
De 31 a 40 anos	5,9	22,8	9,1	1,9	39,7
De 41 a 55 anos	5,6	12,5	7,8	5	30,9
Acima de 55 anos	1	3,5	3,1	1,2	8,8
Total	18,4	49,1	24,1	8,4	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

De acordo com a Tabela 7, é possível observar que o maior percentual de servidores (5%) sobre-endividados encontram-se na faixa etária de 41 a 55 anos. Para os servidores com risco de sobre-endividamento a frequência é maior na faixa etária de 31 a 40 anos (9,1%) e 41 a 55 anos (7,8%).

Esses resultados apontam que entre os indivíduos endividados há uma maior concentração para os que possuem de 31 a 55 anos e nos extremos dos intervalos (de 21 a 30 anos e acima de 55 anos) há uma menor frequência de servidores com risco de sobre-endividamento ou sobre-endividados.

Para a análise da relação entre endividamento e renda, a Tabela 8 apresenta os dados.

Tabela 8- Distribuição dos servidores por endividamento e renda

Renda	Grau de Endividamento				Total (%)
	Sem dívidas (%)	Pouco endividado (%)	Com risco de sobre-endividamento (%)	Sobre-endividado (%)	
De R\$ 1000,01 até R\$ 1.500,00		0,6			0,6
De R\$ 1.500,01 até R\$ 2.500,00		0,9	0,6	0,3	1,8
De R\$ 2.500,01 até R\$ 4.000,00	4,7	11	5,9	3,1	24,7
De R\$ 4.000,01 até R\$ 6.000,00	4,1	11,6	8,8	2,8	27,2
De R\$ 6.000,01 até R\$ 8.000,00	3,4	9,7	6,3	1,6	21
De R\$ 8.000,01 até R\$ 10.000,00	1,5	7,8	0,9		10,3
Acima de R\$ 10.000,00	4,7	7,5	1,6	0,6	14,4
Total	18,4	49,1	24,1	8,4	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Como podemos verificar na Tabela 8, a maioria dos respondentes (72,9%) estão na faixa de renda de R\$ 2.500,01 até R\$ 8.000,00, e que apesar da grande maioria deles estarem concentrados no nível “pouco endividado”, observa-se que à medida que a renda passa a ser maior, a frequência de indivíduos sobre-endividados diminui.

Tabela 9 apresenta a distribuição dos servidores por endividamento e escolaridade.

Tabela 9- Distribuição dos servidores por endividamento e nível de escolaridade

Escolaridade	Grau de Endividamento				Total (%)
	Sem dívidas (%)	Pouco endividado (%)	Com risco de sobre-endividamento (%)	Sobre-endividado (%)	
Médio (2º grau)	0,3	0,3	0,3	0,3	1,2
Superior Incompleto	0,3		0,1	0,6	1,9
Graduação	3,4	7,8	4,1	2,8	18,1
Pós-graduação	14,4	41	18,8	4,7	78,8
Total	18,4	49,1	24,1	8,4	100

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

A partir dos dados da Tabela 9 é possível verificar que entre os respondentes a grande maioria (78,8%) possuem nível de pós-graduação e que a maior concentração deles (41%) está no nível “pouco endividado”, comparando aos outros níveis de endividamento. Também observa-se que uma parte considerável desses indivíduos (18,8%) está com risco de sobre-endividamento.

Para os respondentes que possuem somente o nível de escolaridade médio, há uma distribuição proporcional entre os graus de endividamento. A maior parte dos que possuem ensino superior incompleto e dos graduados estão sobre-endividados e pouco endividados respectivamente.

Dessa forma, observa-se que nos níveis mais altos de escolaridade (graduação e pós-graduação), prevalecem os servidores com menores índices de endividamento. Por outro lado, entre os que possuem apenas o nível superior incompleto há uma maior concentração de indivíduos sobre-endividados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção trata das considerações finais relativas aos objetivos da pesquisa, ou seja, de forma geral, busca responder ao questionamento principal: existe relação entre o nível de educação financeira e o grau de endividamento desses servidores da UFC? Além disso, aborda se os demais propósitos do trabalho foram alcançados, assim como traz as sugestões para novas pesquisas referentes ao assunto abordado.

5.1 Conclusões

Esta pesquisa de propôs a coletar e analisar dados relativos à situação de endividamento entre servidores da UFC, relacionando-os com os dados que mensuram o nível de conhecimento em finanças pessoais desses trabalhadores. A partir do referencial bibliográfico, constata-se que o acesso facilitado ao crédito na economia brasileira, apresentado nos últimos anos, aliado ao desejo frequente de consumo para afirmação social, pode ensejar o endividamento. A falta de controle de dívidas pode desencadear problemas de comprometimento da renda e perda de poder aquisitivo, levando os indivíduos a passar por dificuldades financeiras e afetando seu bem-estar, devido aos custos das operações de crédito. (BRUSKY; MAGALHÃES, 2006).

Em relação aos dados do questionário, constata-se que a maior parte dos servidores encontra-se pouco endividada, mas que parte considerável deles apresenta risco de sobre-endividamento. Para o fator educação financeira, os resultados permitem observar que há uma predominância do nível satisfatório entre os servidores.

A partir da análise descritiva dos dados, verificou-se que há uma relação negativa entre o grau de endividamento e o nível de educação financeira entre os servidores. Assim, os piores níveis de dívidas estão relacionados a conhecimentos mais de baixos sobre finanças pessoais. Nesse sentido, chega-se a uma importante conclusão acerca da importância da educação financeira pessoal, pois uma economia saudável requer indivíduos capazes de gerir corretamente seus recursos, menos propensos ao endividamento excessivo, inclusive gerando poupança e/ou investimentos. Tais atitudes são fundamentais para a geração de emprego e renda para a melhoria do cenário econômico de um país.

Além do objetivo citado acima, este trabalho também buscou avaliar variáveis socioeconômicas e demográficas no tocante a sua relação com o grau de endividamento dos servidores. Dessa forma, observou-se uma maior concentração de mulheres nos níveis de

sobre-endividamento ou risco de sobre-endividamento, e que a maior frequência de homens está distribuída nos níveis mais baixos de endividamento e na categoria “sem dívidas”.

Em relação à idade, conclui-se que entre os indivíduos com piores níveis de dívidas, há uma maior concentração para os que possuem de 31 a 55 anos, e nos extremos dos intervalos (de 21 a 30 anos e acima de 55 anos) há uma maior frequência de servidores sem dívidas ou pouco endividados.

Em relação à renda, os resultados demonstram que a maior parte dos respondentes estão na faixa de renda de R\$ 2.500,01 até R\$ 6.000,00, e que a grande maioria deles estão concentrados no nível “pouco endividado”. Apesar disso, verifica-se que à medida que a renda passa a ser maior, a frequência de indivíduos sobre-endividados diminui.

Para a variável escolaridade, observa-se que nos níveis mais altos (graduação e pós-graduação) prevalecem os servidores com menores índices de endividamento. Entre os possuem apenas o nível superior incompleto há uma maior concentração de indivíduos sobre-endividados. Os servidores que possuem somente o nível médio, estão distribuídos proporcionalmente entre os graus de endividamento. Dessa forma, ainda que de maneira pouco expressiva, nota-se um menor endividamento de acordo com o maior grau de escolaridade

Assim, pode-se concluir que, apesar de serem válidas para a análise, as variáveis em questão não ajudam a explicar de forma expressiva o endividamento, com exceção da educação financeira, que se apresentou relacionada negativamente ao endividamento. Isso nos leva a supor que outros fatores, como os ligados ao comportamento e às atitudes, podem influenciar esse fenômeno. Conforme Flores e Vieira (2016), o endividamento pessoal pode ser entendido em uma perspectiva comportamental, com base no conceito de atitude como preditor ao endividamento.

Haja vista a importância de estudos na área de finanças pessoais e inexistência de um estudo voltado para servidores federais do Estado do Ceará, é possível verificar a contribuição dessa pesquisa, que auxilia nas reflexões acerca do comportamento do indivíduo diante de sua própria realidade financeira e de seu papel fundamental para a economia do país.

5.2 Sugestões para novas pesquisas

Uma das sugestões consiste em investigar os aspectos comportamentais e de atitudes que podem estar ligados ao endividamento, pois, como foi possível verificar, a

maioria das variáveis estudadas não foi capaz de se relacionar de forma bem definida com o endividamento.

Outra sugestão se volta para uma análise das possíveis causas do endividamento, ou seja, os fatores que são capazes de gerar uma pressão financeira e desencadear as dívidas entre esse público, como por exemplo queda de rendimento familiar e despesas inesperadas. Além disso, sugere-se verificar quais os produtos financeiros mais utilizados pelos servidores, de modo a entender melhor o perfil de endividamento entre eles.

Outra sugestão seria direcionar a pesquisa para se trabalhar com algum modelo estatístico e/ou econométrico, que busque analisar melhor a relação entre as variáveis estudadas, uma vez que os dados coletados nesta pesquisa foram de natureza qualitativa, o que dificultou até mesmo uma análise de correlação entre elas.

Além disso, sugere-se uma melhoria no questionário, no quesito educação financeira, com questões baseadas em pesquisas mais modernas, como a realizada pela INFE/OCDE em 2015, que avalia os três aspectos essenciais da educação financeira: conhecimento, comportamento e atitudes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Notlin de Araújo. **Endividamento e sobre-endividamento do servidor público do Poder Executivo do Estado do Ceará**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ARTIFON, Simone. PIVA, Maristela. 2013. **Endividamento nos dias atuais: fatores psicológicos implicados neste processo**. Portal dos Psicólogos, v.1, 2013. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0771.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.
- BARREIRA, Natacha Medeiros. **Os determinantes do endividamento por meio de empréstimo consignado de educadores e servidores do Poder Judiciário do Executivo Estadual Cearense**. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- BODIE, Zvi; MERTON, Robert Carhart. **Finanças**. 1ª ed. Porto Alegre/RS: Bookman Ed, 2002.
- BRASIL, Banco Central do Brasil. **Relatório de cidadania financeira, 2018**. Brasília, DF, 2018. 147 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/Relatorio_Cidadania_Financeira.pdf. Acesso em: 03 jul. 2019.
- BRASIL, Banco Central do Brasil. **Relatório de economia bancária, 2017**. Brasília, DF, 2017. 135 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REB_2017.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.
- BRASIL, Banco Central do Brasil. **Relatório de economia bancária, 2018**. Brasília, DF, 2018. 135 p. Disponível em https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2018.pdf. Acesso em: 26 out. 2019.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Mercado de Crédito no Brasil, 2018**. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/publicacoes/estudos-economicos/panmacro_mercado-de-credito-maio.pdf. Acesso em: 01 mar. 2019.
- BRASIL. **Decreto n.º 7.397 de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 15 fev. 2019.
- BRASIL. **Decreto n.º 8.690 de 11 de março de 2016**. Dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8690.htm. Acesso em: 23 fev. 2019.
- BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. **Assessing Indebtedness: results from pilot survey among steel-workers in São Paulo**. International Labour Office, Geneva, 2006.

Disponível em: http://www.ilo.int/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_117961.pdf. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRUSKY, B.; FORTUNA, J.P. **Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades**. Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.

CAVALCANTE, Diego Hugo Dantas. Análise do Perfil de Endividamento dos Servidores Públicos: um estudo com servidores técnico-administrativos da UFRN. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Grande do Norte. Natal, 2017.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; DA SILVA, F. C. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMEAD, 12, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2018.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FLORES, S. A. M; VIERA, K. M. Determinantes comportamentais da propensão ao endividamento: análise da influência do gênero. In: Anais do Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais da FGV, 2016, São Paulo.

FRANKENBERG, Louis. **Guia prático para cuidar do seu orçamento: viva melhor sem dívidas**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEAL, T. D. B.; DE MELO, S. A contribuição da educação financeira para a formação de investidores. In: SEMEAD, 11, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/11semead/resultado/trabalhosPDF/42.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobre endividamento**. 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2003.

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) (2016). **OCDE/INFE International Survey of Adult Financial Literacy Competencies**. 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-International-Survey-of-Adult-Financial-Literacy-Competencies.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) (2016), **Quadro de Competências Essenciais de Alfabetização Financeira para Adultos do**

G20/OECD INFE. 2016. Disponível em:

http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/noticias/anexos/2019/20191001_quadro_ocde_inf_e_competencias_alfabetizacao_financeira_adultos.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

PANCHIO, M. C. **The influence of materialism on consumption indebtedness in the context of low income consumers from the city of São Paulo**. 2006. Tese (Doutorado) — Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2519>. Acesso em: 12 fev. 2019.

PEREIRA, D. J. S.; OLIVEIRA, F. L.; NASCIMENTO, S. A. **Endividamento do Servidor Público: Um estudo de caso entre professores da rede municipal de Manaus**. 2017. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/bfddbce36404f0e9ad1.pdf>. Acesso em: 12/01/2019.

PONTES, Matheus Dantas Madeira. **Os impactos dos conhecimentos e comportamentos econômicos no nível de endividamento pessoal**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

RODRIGUES, Jeferson Portela. **Finanças Comportamentais: um estudo sobre o efeito reflexo nos alunos da graduação da FEAAC/UFC**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Finanças) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

ROGERS, P.; FAVATO, V.; SECURATO, J. R. Efeito educação financeira no processo tomada de decisões em investimentos: um estudo à luz das finanças comportamentais. In: II Congresso ANPCONT- Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2008, Salvador.

SILVA, Juliana Tomaz de Lima; SOUZA, Dércia Antunes; FAJAN, Fernanda Deolinda. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários. In: XII SEGet Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2015 Resende. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13722130.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do Servidor Público: uma análise econômica da situação na UnB**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SERASA EXPERIAN. **Indicador Nacional de Educação Financeira**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/mesmo-com-crise-economica-e-politica-educacao-financeira-do-brasileiro-fica-estavel-em-dois-anos-revela-serasa>. Acesso em: 5 dez. 2019.

SPC Brasil. **O conceito do endividamento e as consequências da inadimplência**. São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_dividas.pdf. Acesso em 24 out. 2019.

DA SILVA, J. G.; NETO, O. S. S.; ARAÚJO, R, C, DA CUNHA. Educação Financeira de Servidores Públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. João Pessoa: **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104-120, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>. Acesso em: 09 fev. 2019.

TAKEDA, T.; BADER, F. L. C. Consignação em folha de pagamento - fatores da impulsão do crédito. In: Relatório de Economia bancária e de crédito, Banco Central do Brasil, 2005, Brasília, DF. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/spread/port/rel_econ_ban_cred.pdf. Acesso em: 05 mar. 2019.

TRINDADE, L. L. **Determinantes da Propensão ao Endividamento: um estudo nas mulheres da mesorregião centro ocidental Rio-Grandense**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/4550>. Acesso em: 03 jan. 2019.

VIEIRA, K. M.; JUNIOR, F.J.M.; POTRICH, A.C.G. Indicador de Educação Financeira: proposição de um instrumento a partir da Teoria da Resposta ao Item. Campinas: **Revista Educação & Sociedade**, v.40, e0182568, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v40/1678-4626-es-40-e0182568.pdf>. Acesso em 04 dez. 2019.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Sexo

- a. Masculino
- b. Feminino

2. Idade

- a. Até 20 anos
- b. De 21 a 30 anos
- c. De 31 a 40 anos
- d. De 41 a 55 anos
- e. Acima de 55 anos

3. Escolaridade

- a. Fundamental (1ª a 4ª série)
- b. Colegial (5ª a 8ª série)
- c. Médio (2º grau)
- d. Superior Incompleto
- e. Graduação
- f. Pós-graduação (Especialização/ Mestrado/Doutorado)

4. Áreas em que atua ou em que é formado

- a. Administração
- b. Arquitetura
- c. Ciência da Computação
- d. Comunicação (Publicidade / Jornalismo)
- e. Contabilidade
- f. Direito
- g. Economia
- h. Saúde
- i. Engenharia
- j. Letras
- k. Matemática
- (Outra) citar:

5. Você é:

- a. Docente
- b. Servidor Técnico (todos que não são docentes na UFC)

6. Departamento/Setor da Universidade em que atua:

7. Qual a sua faixa de renda mensal líquida pessoal?

- a. Até R\$ 1000,00
- b. R\$ 1000,01 até R\$ 1.500,00
- c. R\$ 1.500,01 até R\$ 2.500,00
- d. R\$ 2.500,01 até R\$ 4.000,00
- e. De R\$ 4.000,01 até R\$ 6.000, 00
- f. De R\$ 6.000, 01 até R\$ 8.000,00
- g. De R\$ 8.000, 01 até R\$ 10.000,00
- h. acima de 10.000,00

8. Você possui outra renda além do seu salário? Caso positivo, qual? Assinale mais de uma se necessário.
- Direitos autorais
 - Locação de Imóveis
 - Vendas de artigos pessoais (cosméticos, bijuterias)
 - Venda de gêneros alimentícios
 - Pensões ou ajuda de familiares
 - Rendimento de produtos financeiros e do mercado de capitais.
9. Como você sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?
- Nada seguro – Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira
 - Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças
 - Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto
 - Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças
10. Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro?
- Em casa com a família
 - De conversas com amigos
 - Em aulas na faculdade
 - De revistas, livros, TV e o rádio
 - De minha experiência prática
11. Muitas pessoas guardam dinheiro para despesas inesperadas. Se Susana e Júlio César têm guardado algum dinheiro para emergências, qual das seguintes formas seria a menos eficiente para o caso deles precisarem do recurso com urgência?
- Poupança ou Fundos de Investimento
 - Ações ou Dólar
 - Conta corrente
 - Bens (Carro, moto, imóvel...).
12. Ronaldo e Daniela têm a mesma idade. Aos 25 anos, ela começou a aplicar R\$ 1.000,00 por ano, enquanto o Ronaldo não guardava nada. Aos 50, Ronaldo percebeu que precisava de dinheiro para sua aposentadoria e começou a aplicar R\$ 2.000,00 por ano, enquanto Daniela continuou poupando seus R\$ 1.000,00. Agora eles têm 75 anos. Quem tem mais dinheiro para sua aposentadoria, se ambos fizeram o mesmo tipo de investimento?
- Eles teriam o mesmo valor, já que na prática guardaram as mesmas somas
 - Ronaldo, porque poupou mais a cada ano
 - Daniela, porque seu dinheiro rendeu por mais tempo a juros compostos.
13. Dirceu e Roberto são jovens que têm o mesmo salário. Ambos desejam comprar um carro no valor de R\$ 10.000,00. Quem pagou mais pelo bem?
- Dirceu, que comprou hoje, financiando o saldo devedor por 24 meses
 - Roberto, que preferiu poupar por 15 meses, mas comprou o carro à vista
14. Se tivesse que tomar a mesma decisão, qual a melhor alternativa na sua visão?
- Ter o carro imediatamente e pagar por ele durante 24 meses, como fez Dirceu
 - Poupar por 15 meses para comprá-lo à vista, sem dívida, como fez Roberto
 - Ficar no meio termo, guardando dinheiro por uns 8 meses e financiando o resto em 8

prestações.

15. José ganha R\$ 1.000,00 por mês. Paga R\$ 300,00 de aluguel e mais R\$ 200,00 de alimentação todo mês. Gasta ainda R\$ 100,00 em transportes, R\$ 50,00 em roupas, R\$ 50,00 em remédios e mais R\$ 100,00 em pequenas despesas extras. Pretende comprar uma TV que custa R\$ 800,00. Quanto tempo ele levará guardando recursos para comprar a TV?

- a. 2 meses
- b. 4 meses
- c. 6 meses
- d. 8 meses

16. Você tem algum tipo de dívida (empréstimos, financiamentos, rotativo do cartão)?

- a. Sim, tenho, mas trata-se de financiamento de longo prazo, cuja prestação eu sempre procuro pagar em dia
- b. Sim, tenho, mas não sei bem quando nem como irei pagá-las
- c. Sim, mas vou pagá-las em pouco tempo, já que tomei o cuidado de calcular na ponta do lápis como e quando iria quitá-las
- d. Não, não tenho dívidas pessoais. Sempre faço o planejamento necessário para comprar à vista e com desconto.

17. Seus gastos mensais com prestações e financiamentos consomem:

- a. 0% de minha renda
- b. até 25% da minha renda
- c. entre 26% e 50% da minha renda
- d. entre 51% e 75% da minha renda
- e. mais de 75% da minha renda

18. Seus gastos mensais excedem sua renda?

- a. Sim, sempre
- b. Às vezes
- c. Não, nunca

19. Você costuma fazer algum tipo de planejamento financeiro? (seja ele mensal, semestral, anual, etc).

- a. sim, sempre.
- b. às vezes
- c. não.